

**ATA DA 14ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROCESSO JUDICIAL
ELETRÔNICO – 2020
(236ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO PJE)**

Ata da décima quarta Reunião do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, realizada em 20 de novembro de dois mil e vinte, às catorze horas, por meio de videoconferência, utilizando-se a plataforma Cisco Webex Meetings, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Juiz Auxiliar da Presidência Marcio Evangelista Ferreira da Silva, com a participação dos membros do Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico, designados pela Portaria GPR seiscentos e sessenta e quatro, de treze de maio de dois mil e catorze, disponibilizada no Diário de Justiça Eletrônico de catorze de maio de dois mil e catorze, a saber, Senhor Juiz Auxiliar da Presidência Marcio Evangelista Ferreira da Silva, o Excelentíssimo Senhor Juiz Auxiliar da Primeira Vice-Presidência Francisco Antônio Alves de Oliveira, o Excelentíssimo Senhor Juiz Auxiliar da Corregedoria Pedro de Araújo Yung-Tay Neto, o Excelentíssimo Senhor Juiz de Direito da Vigésima Quarta Vara Cível de Brasília Flávio Augusto Martins Leite, a Excelentíssima Senhora Juíza de Direito Coordenadora do Núcleo Judiciário da Mulher do TJDFT Gislaine Carneiro Campos Reis, a Excelentíssima Senhora Juíza de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal e Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Itapoã Luciana Yuki Fugishita Sorrentino, a Excelentíssima Senhora Juíza de Direito do Segundo Juizado Especial Cível e Criminal de Sobradinho Keila Cristina de Lima Alencar Ribeiro, o Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça do MPDFT André Vinícius de Almeida, o Excelentíssimo Senhor Procurador do DF Helder Barros, o Senhor Secretário-Geral do TJDFT Celso de Oliveira e Sousa Neto, o Senhor Defensor Público João Marcelo Mendes Feitosa em substituição à Senhora Defensora Pública do Distrito Federal Sandra Aparecida Dohler Ferreira, o Senhor Secretário-Geral da Corregedoria Eduardo de Castro Rodrigues, o Senhor Secretário de Desenvolvimento de Sistemas Declieux Dias Dantas, o Senhor Weberson Gabriel em substituição ao Senhor Coordenador da COSIST Tulio Vieira Lins Parca, e a Senhora Coordenadora da CGSIS Rosely de Paula Menezes. Presentes também: o Senhor Assessor de Governança e Monitoramento de Tecnologia da Informação Tulio Roberto de Moraes Dantas e a senhora Gabriela Badaró da equipe de apoio da Assessoria Especial para Processo Eletrônico do MPDFT.

Abertura: O Excelentíssimo Senhor Juiz Auxiliar da Presidência Marcio Evangelista iniciou a reunião cumprimentando a todos e comentou sobre os ataques cibernéticos ocorridos em diversos órgãos federais nas últimas semanas. Que o CGTI autorizou uma campanha de alteração de senha para os sistemas legados do Tribunal e questionou o senhor Declieux se seria necessário proceder da mesma maneira quanto ao PJe. O senhor Declieux informou que já existe no PJe uma política de troca de senha a cada 45 dias. O senhor juiz Marcio sugeriu o seguinte encaminhamento: alterar a configuração do PJe para que todos os usuários que acessam o sistema por login e senha tenham que trocar a senha no próximo acesso e quanto aos órgãos que acessam o PJe via MNI, que a SEDES elabore um cronograma semanal para alteração da

configuração de troca de senha. **A proposta foi aprovada pelo Comitê Gestor do PJe, por unanimidade.** Em seguida o senhor juiz Marcio informou que houve uma inconsistência na versão do PJe de segundo grau devido as atualizações que estão realizadas no sistema, porém já foi corrigida. Solicitou a todos os membros do Comitê para que tenham voz e força para esclarecer aos usuários que possíveis erros podem ocorrer em decorrência dessas atualizações necessárias vindas do CNJ. Em seguida, submeteu à apreciação dos membros do Comitê os itens da pauta:

1º item da pauta: Aprovação da ata da 13ª Reunião do Comitê Gestor do PJe. A ata foi aprovada, por unanimidade;

2º item da pauta: COSIST – PA 19507/2020 - manifestação de Advogado junto à Ouvidoria-Geral desta Corte de Justiça referente ao limite diário de consultas de processos de terceiros. O senhor Declieux informou que o limite diário de consultas de processos de terceiros já foi alterado de 50 para 200 por CPF. O senhor juiz Marcio informou que esta questão foi superada pois já houve deliberação do comitê sobre o assunto, estabelecendo o limite diário de 200 consultas de processos de terceiros por CPF e sugeriu que o Comitê referendasse essa decisão. **A proposta foi aprovada pelo Comitê Gestor do PJe, por unanimidade.**

3º item da pauta: MPDFT – PA 14870/2020 – Projeto ROBOCON/MPDFT, "em fase de protótipo, o qual consiste no monitoramento automático de demandas individuais consumeristas, baseado em técnicas de inteligência artificial, com o escopo de favorecer a identificação de eventuais conflitos coletivos que possam ser tratados por meio de instrumentos extrajudiciais ou, inclusive, ações judiciais relativas à tutela coletiva na esfera de defesa do consumidor", apresentado pela Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Institucional, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. O senhor Procurador André fez uma breve explanação sobre o projeto ROBOCON. O senhor Declieux informou que esse robô não afeta a performance do PJe na parte de produção, pois busca numa base secundária de consulta. O senhor Procurador André informou que quis trazer a matéria para conhecimento do Comitê Gestor do PJe pois o ROBOCON faz uma coleta de dados no sistema PJe. O senhor juiz Marcio ressaltou a importância de se atentar às diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados no prosseguimento do projeto e colocou o Tribunal de Justiça à disposição para ajudar no que for necessário para implementação. **A proposta foi aprovada pelo Comitê Gestor do PJe, por unanimidade.**

4º item da pauta: SEDES – PA 19811/2020 - implantação da integração entre o PJe 1º grau e o BNMP 2.0 no sistema PJe de 2º grau. O senhor Declieux informou que a alteração necessária no sistema é apenas de fluxo, não altera o código fonte do PJe, é de médio impacto e implantação a médio prazo, com piloto com uma Turma Criminal. **A proposta foi aprovada pelo Comitê Gestor do PJe, por unanimidade.**

5º item da pauta: SEDES – PA 19634/2020 - desenvolvimento e configuração de funcionalidade que permita o agendamento de pauta de audiências unificadas no CEJUSC de Ceilândia, com processos oriundos dos Juizados Especiais Cíveis do Núcleo Bandeirante e do Recanto das Emas, dentro do escopo do Projeto Piloto de Pool de

Conciliadores. O senhor Declieux informou que é uma demanda de baixo impacto, com alteração simples, e que inclusive já foram feitos testes em homologação com sucesso. **A proposta foi aprovada pelo Comitê Gestor do PJe, por unanimidade.**

6º item da pauta: Assuntos Diversos.

6.1 – O senhor Procurador do MPDFT, dr. André contextualizou o problema informando que o MPDFT tem 6 promotorias de atuação na defesa da saúde e 2 delas são de atuação em procedimentos de natureza individual. Que muitos desses procedimentos são de natureza urgente, nos quais é formulado pedido de antecipação de tutela. Que para procedimentos urgentes, uma vez captada a intimação pelo sistema do MPDFT, no PJe fica contada a consulta eletrônica e prazo começa a correr. Que no caso das fazendas públicas na área da saúde, além do prazo de consulta pública ser afastado, o prazo tem sido fixado em horas, de forma corrida. Que alguns desses prazos vencem durante o final de semana, pois não há diferenciação de “horas úteis” e questiona se o prazo realmente deveria se encerrar durante o final de semana ou se prorrogaria por igual prazo para o próximo dia útil. O senhor juiz Flávio esclareceu que o entendimento pacificado é de que o prazo em horas que vence no final de semana, na verdade vence no primeiro minuto do próximo dia útil. O senhor Procurador André sugeriu que a administração do Tribunal agende uma reunião entre promotores e magistrados para tratar do tema. O senhor juiz Marcio solicitou que o MPDFT formalizasse o pedido em formulário específico por e-mail, se possível já indicando possíveis soluções para o problema, e disse que será aberto PA para ouvir os juízes de Fazenda.

6.2 – A senhora juíza Gislane informou que não existe a integração da classe de inquérito relativo a tramitação direta dos inquéritos entre a Polícia Civil e o Ministério Público e questionou como está o desenvolvimento dessa funcionalidade. O senhor Declieux informou que essa demanda está na lista de desenvolvimento, porém ainda não foi priorizada. O senhor juiz Pedro reforçou que a Corregedoria pede prioridade nesse desenvolvimento. O senhor Declieux informou que é possível começar o desenvolvimento dessa funcionalidade no prazo de 3 semanas. **A proposta foi aprovada pelo Comitê Gestor do PJe, por unanimidade.**

6.3 - A senhora juíza Gislane informou que atualmente, no processo criminal com vários réus, se vier um pedido de informações de HC para um dos réus, enquanto ele não for respondido, ele “trava” essa resposta para outro pedido de comunicação com a segunda instância. Que os juízes estão solicitando que o PJe aceite mais de uma comunicação entre os órgãos julgadores antes da primeira resposta. O senhor Declieux informou que a equipe já identificou o problema, sabe como resolver, mas não é algo simples de ser desenvolvido e demandaria um médio prazo. O senhor juiz Marcio sugeriu que a demanda seja colocada na prioridade para desenvolvimento a médio prazo. **A proposta foi aprovada pelo Comitê Gestor do PJe, por unanimidade.**

6.4 – O senhor Defensor Público João Marcelo Mendes Feitosa informou que doravante representará a Defensoria Pública do Distrito Federal no Comitê Gestor do PJe, em substituição à senhora Defensora Sandra Dohler.

7º item da pauta: Agendamento da próxima reunião do Comitê Gestor do PJe. Foi agendada a próxima reunião para o dia quatro de dezembro de dois mil e vinte, às catorze horas. Exaurida a pauta, o Senhor Juiz Marcio Evangelista Ferreira da Silva encerrou a reunião às dezesseis horas e trinta minutos, da qual eu, Bruna Lopes Ferreira Mariano, lavrei a presente ata, que, por expressão da verdade, segue assinada pelo Presidente do Comitê e pelos demais integrantes.

MARCIO EVANGELISTA FERREIRA DA SILVA

Presidente do Comitê Gestor do PJE

FRANCISCO ANTÔNIO ALVES DE OLIVEIRA

Juiz Auxiliar da Primeira Vice-Presidência

PEDRO DE ARAÚJO YUNG-TAY NETO

Juiz Auxiliar da Corregedoria

FLÁVIO AUGUSTO MARTINS LEITE

Juiz de Direito da 24ª Vara Cível de Brasília

GISLAINE CARNEIRO CAMPOS REIS

Juíza de Direito Coordenadora do Núcleo Judiciário da Mulher do TJDF

LUCIANA YUKI FUGISHITA SORRENTINO

Juíza do Juizado Especial Cível e Criminal e Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Itapoã

KEILA CRISTINA DE LIMA ALENCAR RIBEIRO

Juíza de Direito do 2º Juizado Especial Cível e Criminal de Sobradinho

ANDRÉ VINÍCIUS DE ALMEIDA

Vice Procurador-Geral de Justiça Institucional do MPDFT

HELDER BARROS

Procurador do DF

CELSO DE OLIVEIRA E SOUSA NETO

Secretário-Geral do TJDFT

JOÃO MARCELO MENDES FEITOSA

Representante da Defensoria Pública do DF

EDUARDO DE CASTRO RODRIGUES

Secretário-Geral da Corregedoria

DECLIEUX DIAS DANTAS

Secretário de Desenvolvimento de Sistemas

WEBERSON GABRIEL

Coordenador do NUSIS

ROSELY DE PAULA MENEZES

Coordenadora da CGSIS